

seu Venerando Pátrio disse que, na parte referen-
te ao balancete publicado naquelle mês, sabia
que o estado da caixa naquella, digo, era identi-
co. Eu Orlando Fernandes Filho, secretario subscrito. Amico

Orlando Fernandes Filho
Gil King.

Alfonso Ribeiro
João Maria Filho
Olson Fabrino.

Jon Muramatsu
Frederico de Azevedo
Antônio Ribeiro Filho

Ata da 11.^a sessão da 4.^a reunião
ordinaria da Câmara Municipal de Parnas no pe-
riodo legislativo de 1952. Aos 3 dias do mês de
setembro de 1952, às 19 horas sob a presidência do
dr. João Rizzolante, reuniram-se os senhores vere-
dores, na sala da sessão da Câmara. Feito a cha-
mada, responderam 9 vereadores, verificando-se a
ausência dos smrs. dr. Jair Ribeiro Guaraci, Gabriel
Muller, Vascoguai de Carvalho e Agamenor Alves Guima-
rães. Havendo numero legal, o smr. Presidente decla-
ra aberto os trabalhos da presente sessão. Lida
a ata da sessão anterior, depois de um reparo
feito na mesma, por solicitação do vereador Vene-
rando, foi a mesma aprovada bem como o re-
paro e em seguida assinada pelos smrs. vere-
dores presente. Passou-se em seguida à leitura da
correspondencia a qual, constou apenas de um
oficio assinado pelo smr. Ararico José de Paiva ou-

funcionário da Prefeitura, onde militou cerca de
26 anos, que solicita da Câmara autorizar ao Sr.
Prefeito lhe conceda uma pequena pensão afim de
que possa manter sua precária subsistência;
pois em avançada idade, com ulcera no estoma-
go, como prova com atestado junto, quase cego, ^{sem}
poder trabalhar se acha em estado desespera-
dor; assim sendo, apela a Câmara Municipal ao
seu auxilio para lhe garantir sua subsisten-
cia nos seus poucos dias de vida. A Mesa despa-
chou, em seguida o respectivo officio a comissão
de justiça para o devido parecer. Foi em seguida
franqueada a palavra para apresentação de re-
querimentos, projetos e indicações. Falou o vere-
dor Venerando sobre as tabelas de preços e honorarios
da Empresa de Omnibus que ainda não havia sido
enviada a Casa, conforme pedido ao Executivo Mu-
nicipal. A Mesa informa que ha dias ja que foi
encaminhado o officio nesse sentido; mas, no en-
tanto ainda não vieram a resposta. O dr. Gil Villela
pedi a palavra e da explicações dizendo que a ta-
bela ja está sendo elaborada, porquanto ja esteve
na com os directores da referida empresa na Secre-
taria e estavam tratando do assunto e que ~~vão~~
logo estejam prontos parao enviadas a Casa; as-
sim sendo, não ha motivos para aprovação do
requerimento de seu colega, o qual, então retira o
mesmo e da por satisfeito com as explicações.
Franqueou-se em seguida, a palavra ás comis-
sões, afim de que fossem lidos os pareceres dados
aos projetos de leis em poder das mesmas, e, como
não houvesse, passou-se a ordem do dia. Entrou
então para o plenario o projecto de lei do Sr. Bar

delos suplementares em discussões o mesmo, pela
2.^a vez: Falou o vereador Venerando, dizendo que, co-
mo da vez passada, votaria contra o mesmo, sendo
isso uma questão toda sua; nada tem contra quem
quer que seja, sendo apenas um seu ponto de vista
e de apreciar as cousas e cita o caso da Motonivel-
lora, tecendo comentários em torno das explicações do
Executivo Municipal, sobre a existência da verba para
aquisição da mesma; que o prazo para o pagamen-
to da compra da mesma se esgotara logo e que a
Prefeitura não estava em condições de saldar esse
débito; arrebando, onde está a verba existente? Tec-
e ainda o illustre vereador considerações em torno do
assunto. A Mesa indaga do illustre vereador: Então V.
Sr.^o diz que votara contra, na 1.^a discussão? Sim, res-
ponde o Vereador: — a Mesa continha — então houve
um engano, pois não se viu V. Sr.^o se levantar. Em
seguida faz a Mesa suas observações no seu despe-
cho no referido projeto, que fora então aprovado em
1.^a discussão, não por unanimidade, mas, com
um voto contra, do vereador Venerando. Fala o Sr. Gil
Vilhela que vem em defesa do Sr. Prefeito João Modesto de
Souza, dizendo que, com o acatamento os pareceres sei-
ceros e francos de seu illustre colega, tem que fazer a
defesa do ex-prefeito na acusação em que foi profere-
da. É bem verdade que essas aquisições são feitas a
longo prazo, 60, 90 dias, etc. Na ocasião em que se
solicitou a Mesa o pedido para a compra, a Prefei-
tura contava com a compra, digo, com a verba ne-
cessária; aliás, temos no momento um pedido de
crédito bem maior. Tecer então, sua excelência seus
comentários em torno da referida acusação, fazem-
do a Mesa considerações. Voltou a ler o Sr. Vereador o

Estado filopuerada Venerando, comentando o caso e o
Dr. Gil Vilela concorda com as explicações dadas por seu
colega e continuava com o seu ponto de vista em de-
fesa do Sr. João Modesto de Souza, e a parteia o vene-
randa Venerando, dizendo entre outras coisas, que mui-
tos projetos de leis foram aprovados pela base por
unanimidade e, no entanto ainda não foram
executados. Continúa o Dr. Gil Vilela com o seu ponto
de vista, pedindo desculpas a seu colega, pois toda-
via discorda de suas palavras, pois o sr. prefeito
sempre foi um homem dinâmico e trabalhador de
modado. Felis a parteia o Dr. Gil e o felicita, pelas
suas palavras em defesa do Sr. João Modesto de
Souza, fazendo suas as palavras do Dr. Gil. Em
votação, foi aprovado o projeto em 2ª discussão com
os votos contrários dos vereadores Venerando e O-
don Fabiano. Projeto de lei que doa um terreno ao
Departamento de Estradas de Rodagem. Este projeto,
foi muito discutido pelos vereadores Venerando e
Felis, quanto, digo, a respeito do terreno a ser
concedido ~~a ser feito~~ pela Prefeitura para locali-
zação daquele serviço, achando o vereador Vene-
rando ser improprio o terreno em frente ao
cemitério. O vereador Felis, diz que, aqui estando
o engenheiro do D.E.R. depois de visitas varias lo-
cais, achou conveniente a escolha do terreno
em questão, e pede aprovação do projeto como es-
tá, sendo então, em seguida aprovado em 1ª dis-
cussão o projeto e os pareceres, por unanimidade.
Em 1ª discussão do projeto e pareceres do mesmo, em
que dá nomes a ruas dos bairros Baquulimbo
etc. Em discussão o Dr. Gil Vilela apresentou uma
amenda no sentido de ser a lot. 5. do a

nome do professor Antonio Hermeto pelo do professor
Azarias Ribeiro junior, em virtude de já haver uma
rua em outro bairro da cidade com o nome do pro-
fessor Hermeto. O vereador Eloues Ribeiro agradece
aos vereadores D.ª Gil Vilela e Venerando a lembrança
de se dar a uma rua desta cidade, o nome de seu
progenitor. Foi em seguida aprovado por unani-
midade o projeto e os pareceres, tendo em seguida
o com. Presidente despachado, mandando novamen-
te a comissão de justiça para o parecer sobre
a emenda. Entrou em seguida para o plenário, pa-
ra 1.ª discussão dos pareceres, e do projeto que auto-
riza ao Executivo Municipal negociar com a C.E.E. o
aniquilamento ^{fonte} do contrato do Serviço de Eletricidade. Ini-
cialmente o com. Presidente levantou a questão de
ordem esclarecendo que a mesa desejando tomar
parte nas discussões, consultava a Casa depois
de varias considerações, a quem deveria passar a
Presidencia. Discutido o assunto o vereador Eloues
Ribeiro propôs que a presidencia fosse dada ao Sr.
Secretario afim de que o vereador Antonio Ribeiro
Filho, como autor do projeto pudesse tambem dis-
culpar-lo. Em votação, foi aprovada por unani-
midade essa proposta. Passada a presidencia ao
com. Secretario, tomou a palavra o vereador João
Bizzolante que inicialmente promoveu os se-
guintes palavras: — Ao iniciarmos os debates de
tão importante assunto, quero invocar as graças
de Deus Todo Poderoso, para que guiando os nos-
sas consciências e inteligências, possamos dar
a tão magno problema uma solução justa e
certa que concilie os altos interesses do nobre, ab-

do passar a ver suas considerações que ora aqui
transcritas: _____ Sr. Presidente e ilustres cole-
gas. Ao tratar hoje do magno problema da ener-
gia elétrica em Foz de Iguaçu, julguei necessário escre-
ver estas palavras para que ficassem bem cla-
ro o meu ponto de vista sobre tão importante
assunto. O caso da energia elétrica em nossa
cidade, vem se agravando desde há muito tem-
po, chegando mesmo a um período verdadei-
ramente crítico, levando o nosso progresso
e o desenvolvimento de Foz, a tal ponto que
hoje não se pôde obter energia elétrica dis-
ponível para novas instalações. As adminis-
trações passadas cogitaram da solução inútil-
mente. Pretenderam um empréstimo, com o qual
a Prefeitura construiria, quero bem fixar a ex-
pressão, construiria nova usina. Todos os es-
forços foram baldados. Entraram em entendimen-
to com a Comp. Sul Mineira de Eletricidade. Tendo
esta feito exigências tais, ao que se sabe, que
não era possível prosseguir nas demarches.

Elementos de diversas classes, cogitaram en-
tão constituir uma Cia., sob a forma de eco-
nomia mixta, para produzir e distribuir ener-
gia elétrica em Foz de Iguaçu e Rib. Corumbão. Foi então
constituída a Cia. Fozense de Eletricidade com o
capital de sete milhões de cruzeiros, participan-
do dela a Pref. de Foz de Iguaçu e Rib. Corumbão, respecti-
vamente com cr\$ 2.500.000,00 e cr\$ 200.000,00, sendo
o restante, na importância de cr\$ 4.300.000,00, ofe-
recidos a subscrições, o que foi coberto em
curto espaço de tempo, pois era ausência de to-
da a população local. O resultado foi a

Sr. Presidente e caros colegas quero que fique bem claro, manifestando sinceramente que a minha atitude agora não é e nunca foi contra a B.E., pois quando da sua constituição, subserui a sua em quantidade até a cima de minhas possibilidades, com aquele entusiasmo de todos os govenenses que presenciavam o limiar do progresso da cidade se não fosse resolvido o assunto. A Cia. Govenense de Electricidade alteria da nova Prefeitura a concessão do serviço, pois ela iria produzir energia elétrica e não como agora é o caso, apenas distribuir uma energia produzida na grande Central Elétrica de Itutinga, empreendimento no qual do ilustre governador Juscelino Kubitschek, a quem mais uma vez, por esta formidável realização, manifesto minhas entusiásticas congratulações, certo de que assim procedendo interpreto o pensamento de todo o povo de Goiás. E nem se diga que esta minha referência é manifestada agora para impressionar quem quer que seja, pois quando foi proposto, por um ilustre membro desta casa, um voto de congratulações ao Sr. Governador pelo inicio dos trabalhos de Itutinga, tive oportunidade de externar, claro e bom senso, que a Presidência da Câmara tomaria aquela iniciativa, se a mesma não fosse lembrada por algum de seus membros. Seria para mim vantajoso, sobre o ponto de vista financeiro, guardar silencio neste momento, pois como acionista da B.E. teria grande remuneração para meu capital, em virtude da transformação das obrigações da Cia., que inicialmente com a grave e custosa responsabilidade de com

apenas a distribuidora da energia de Itutinga re-
presentando isso, insignificante emprego de ca-
pital e grandes lucros como apenas interme-
diária, isto é, distribuidora e não produtora de e-
nergia elétrica. Mas, Sr. Presidente e ilustres cole-
gos, quero afirmar que sobreponho aos meus in-
teresses de seionista da Cia. os interesses da Pu-
feituna, da Bãmar e do povo de Juazeiro. Sim meus
senhores, se era justo que o Legislativo brundes-
pal autorizasse ao Executivo dar concessão a B.E.
naquelas condições, em que ela seria produ-
ta, construindo usina própria e recebendo da
Prefeitura quase todo o patrimônio de se-
rios pela importância de um milhão e trinta e
cinco mil cruzados, sem pagamento em dinhei-
ro, sem juros e liquidando essa dívida com
o fornecimento de iluminação pública e até
para o prédio da Prefeitura, pelo prazo de dez
anos findos os quais estaria liquidada a divi-
da da Cia. para com a Prefeitura mesmo que
não atingisse aquela importância, o forne-
cimento de iluminação pública, meus caros cole-
gos, isso se justificava porque a B.E. iria solu-
cionar o problema produzindo energia elétri-
ca, porque representava grave responsabilidade
e considerável emprego de capital. Mas agora
seus colegas, não será esta Cia. que irá so-
lucionar o problema e não o Governador do Es-
to, construindo Itutinga. Não cabendo a B.E. a so-
lução do assunto, como era a primitiva clausu-
la contratual, temos que reconhecer que aquele
contrato não mais poderá perdurar em virtude

para a Prefeitura e o povo e dos grandes favores re-
cebidos pela Cia., sem o compromisso de construir
degrau. Estou bem certo que a Diretoria, conselhos fis-
cal e consultivo e acionistas da G.E. que demons-
tram entusiasmo para solucionar o problema
da energia elétrica, reconhecerão esta situação
e serão acordes em que será medida justa para a
Prefeitura e povo a pressão agora pedida. Concor-
dando com tal sugestão, em elevados e justos en-
tendimentos, a Diretoria e acionistas, evidenciarão
ainda mais seus altos propósitos de bem servir
a Prefeitura e o povo de Jorua, pois todos nós temos
em nossa consciência que a G.E. constituiu-se e a
Prefeitura deu-lhe a concessão para produzir ener-
gia elétrica e não ser apenas intermediária na dis-
tribuição. Creio ainda que na atualidade a Cia. com
os seus recursos, talvez seja incapaz, financeira-
mente, para construir usina própria. Isto porque, ten-
do subscrito um milhão e quinhentos mil dep em ac-
ções da Cia. Alto Rio Grande, e despendido cerca de um
milhão e setenta e cinco mil exp. na aquisição de material
e motor, ficou reduzida a uma disponibilidade de a-
penas mais ou menos três milhões e setecentos mil
exp, o que presentemente, não daria talvez para
construir uma modesta usina de 500 H.P. pois só
a linha de transmissão absorveria grande parte
desta importância. Todos os acionistas da G.E. têm
outros meios de subsistência e de bom grado con-
cederão, ao que penso e o que faço justiça em re-
conhecer, em entregar momentaneamente esse serviço à
Prefeitura, que com os lucros apurados com o forneci-
mento de energia, beneficiará o próprio povo, empren-

de novas escolas, com melhores saneamentos para
seus professores, construção e conservação de
estradas, reforço e melhoria no serviço de água
e outros mais. Expondo assim o meu modesto
ponto de vista, que como viam não é outro se-
não bem servir a coletividade, tomo a liberdade
de fazer as duas perguntas: — haverá alguém
nesta Casa e em toda a cidade que duvide que
o ilustre governador José Luís Tribúchek construa
Hutzing? Por certo que não, pois se assim fo-
re ele poderia ter a mesma e comoda atitude
de todos aqueles que a prometeram e não não
passarão. Pois bem, se Hutzing é uma realidade
em pergunta mais aos colegas: — se estivesse em
discussão hoje nesta Câmara um projeto de lei
que autorizasse a Prefeitura a dar concessão dos
serviços de eletricidade a qualquer Cia., nos termos
em que foi dada a P&E., algum de nós o apoiaria?
Por certo que não. A situação hoje, enquadrada
inteiramente dentro dos pontos formulados, Co-
mandando a liberdade de solicitar assim o apoio de
caros colegas ao projeto ora em discussão. Abor-
damos agora como a Prefeitura poderia realizar
a transação. Como leigo que sou em contabilidade,
de, expus a um perito contador o meu plano, obte-
ndo opinião ser o mesmo realizável. Vou apo-
lo apenas como uma sugestão a ser discuti-
da pela Câmara: — a Cia. entregaria a Prefeitura
todos os seus haveres e compromissos e esta
pagaria aos acionistas em condições estabe-
lecidas em justas bases, os seus créditos. Para
não saber onde a Prefeitura obteria meios fi-

Município realizou um empréstimo na Caixa Econômica Estadual na importância de R\$ 2.500.000,00, tendo recebido R\$ 1.800.000,00, salvo melhor informação, podendo sacar ainda na Caixa Econômica R\$ 700.000,00. Próximo Prefeitura disporá dessa importância de R\$ 2.500.000,00 para a transação. A integralização das ações da Cia. Algodão grande se fez em prestações sucessivas e não trouxe maiores dificuldades ao Executivo. Um estudo sujeito a reparos, poderá ser feito desse modo: - os acionistas já entraram com mais ou menos R\$ 3.800.000,00, a Prof. de Jorno, com R\$ 1.800.000,00 e a Prof. de Ribeirão R\$ 100.000,00 que somados perfazem um total de R\$ 5.600.000,00. Os despeses da Cia. desde sua constituição até o presente, incluindo compras de material, motor, e todos os demais atingem uma importância de mais ou menos R\$ 1.800.000,00 que, deduzidos da quantia acima resulta um saldo de mais ou menos R\$ 3.800.000,00 que deverão ser acrescidos ainda dos juros bancários em virtude dos depósitos que a Cia. possui em bancos. Mais R\$ 700.000,00 que a Prof. poderá sacar na Caixa Econômica perfazendo um total de mais ou menos R\$ 4.500.000,00. Para pagamento aos acionistas disporá a Prof. de importância de mais ou menos R\$ 4.500.000,00. Como vimos os acionistas já entraram com mais ou menos R\$ 3.300.000,00 que acrescidos de juros combinados e juros avulsos, provavelmente não atingirá aquela quantia de R\$ 4.500.000,00. Será o pagamento das prestações das ações outorgadas, que a Prof. fará, contando ainda com a renda do

entrar em entendimentos com o Executivo no sen-
tido de ser incluído no próximo orçamento uma verba
para aqueles pagamentos, ainda que seja preciso sacri-
ficar alguns serviços julgados adiacel, como por
exemplo o calcamento, pois quase toda a cidade
em sua parte principal, já está calçada. É oportu-
mo agora esclarecer que a Prefeitura tem na mão.
Alto Rio Grande seu próprio fiscal do serviço, porque
no fim do mês acusando o relógio um consumo
digamos X e recebendo dos contribuintes X menos
tanto, ela terá que verificar onde está sendo des-
viada aquela quantidade de energia. E isso se
dará todo o mês. E assim como o opóio de ilus-
tração coliga ao projeto, do Executivo, da Diretoria e
dos comunistas do P.R., poderemos chegar a bom
término e então a vitória para de todos nós por-
que não do povo de Jacaré. E no dia feliz em que
destituída começar seu funcionamento, no qual
teremos mais uma vez de render homenagem a
qualidade do governador Juscelino Kubitschek, e cha-
mar que trará para nós a energia reificante
e necessária, será dedicada pela nossa cidade
de um humilde operária da nossa Prefeitura.
Fala ainda o ilustre vereador que se não entenda me-
nhum projeto de lei nesse sentido silenciosa, mas
diante do mesmo, não era possível. Passa depois
a presidência ao Sr. Secretário do Gov. Pizolatti.
Fala a palavra o vereador Ribeiro Filho e tem suas
considerações em torno do referido projeto, sendo
apoiado muito vezes pelo Vereador Venerando.
Falarão ainda outros oradores, cada qual com
o seu ponto de vista; mas a polémica em torno do

dores Ribeiro Filho, Venerando e o Sr. João Vazgulant, ora
está como simples vereador, ora como Presidente da
Cassa, em observações particulares dados pela mesa.
A defesa da B.E. feita pelo vereador Venerando, prece-
dia-se mais às acusações que eram dirigidas pelo
vereador Ribeiro Filho. Sendo que também depois de
acaloradas discussões, mesmo fora do tempo regu-
larmente, porquanto foi necessário observação
da mesa, que o tempo estava esgotado; o vereador Ve-
nerando achava melhor em sua opinião, uma
indicação ao Sr. Prefeito ao envio de um proje-
to de lei. E' solicitada a prorrogação da sessão
pelo vereador Elvino Ribeiro, ao ponto que o veresa-
dor Ribeiro Filho solicita a suspensão dos tra-
balhos, visto alguns vereadores quererem in-
stituir uma parte da conferência que se está-
va realizando na Igreja Matriz. Em oratória os re-
querimentos ficam de pé a do vereador Elvino Ri-
beiro, sendo assim prorrogado por mais uma
hora, para o término dos debates; sendo que o
vereador Venerando, solicitava ainda apenas 5
minutos mais para terminar sua opposição em
defesa da B.E. Bate-se o illustre vereador tam-
bem, contra a Prefeitura, dizendo que as prefeituras
jamais poderão ter a seu cargo esse tarefa, por-
que se tornará falha a administração do ser-
viço de Electricidade pelos expostos factos
por que se ^{em} A mesa rebate essas declarações e
diz que, se as administrações passadas não
tiveram a competência para administrar
o serviço de Electricidade, isso não serve de
base porque não se poderá dizer isso dos fu-
tu

Venerando contra supostos palcos ofensivos no
seu entender, dirigidos pelo vereador Ribeiro Filho, e
a quem, em vista disso observe o vereador Ribeiro Fi-
lho, como o' de seu dever, mas este diz que não
considera ofensivos seus palcos, mas que por-
que não é em seu costume, fala a verdade, com
entusiasmo em defesa do seu projeto, que é a
vantagem do povo e assim, fala pelo povo. Con-
tinuando a discussão o vereador Ribeiro Filho, so-
licita ouvido a Mesa, no que é aprovado pela mes-
ma por unanimidade, seja a votação do referido
projeto, nominal, e assim entra, em fim, a tão
discutida peça a votação havendo o seguinte re-
sultado: - A favor do referido projeto - Antonio
Ribeiro Filho, José Cristóvão de Alvaranga, Elson
Ribeiro e Cristóvão Fernandes Filho. Contra o pro-
jeto nenhum voto; impedidos os vereadores Sr.
Gil Niles, Venerando Afêlio. Em branco, um voto
do vereador Elson Filizinho, aguardando a volta do
projeto, depois do pronunciamento da B.E. O vereador
Venerando alega ainda que poderia votar no caso pre-
sente; mas que depois apresentará uma emenda
no sentido de indicação e não projeto. A mesa lhe
diz que tem agido democraticamente; assim sendo
pod. apresentar a emenda, mas o ilustre vereador
não o fez. Assim sendo, passou a apreciação do
parecer e o projeto em 1.^a discussão por 4 votos,
um em branco e três impedidos. Em seguida a
Mesa anuncia a ordem do dia para a próxima
sessão de amanhã a saber: Doação Terreno ao
Departamento de Esportes e Recreio para 2.^a discus-
são; que abre Créditos Suplementares em 3.^a dis.

também, do projeto sobre a energia elétrica. E não
mais havendo a tratar, o sr. Presidente convocou os
sm. vereadores para a próxima sessão de amanhã,
dia 4 do corrente, no mesmo local, à mesma hora, e
termina os trabalhos da presente sessão. E para
constar, lavrou-se a presente ata. Em tempo: Pelo
vereador J. Fernandes Pereira, foi feita declaração no sentido
de que não sentiria impedido de votar no caso os projetos
de rescisão do contrato com a RHT, por ser ele con-
tra a mesma lei, mas que, no entanto, deixou
de fazê-lo, isto é, votou a favor do referido
projeto. E para constar, lavrou-se a presente ata.

João Pizzolante

João Pizzolante, sec. "ad-hoc"

Antônio Fernandes Filho

Ellopfes Ribeiro

João Pereira Filho

Olson Fabrino

José Venâncio Pereira

João Baptista Gonçalves

Antônio Ribeiro Filho

Ata da 12ª sessão da 4ª reunião or-

dinária da Câmara Municipal de Torres, no pe-
ríodo legislativo de 1952. Aos 4 dias do mês de Se-
tembro de 1952, às 13 horas, sob a presidência do
H: João Pizzolante, reuniram-se os sm. vere-
dores na Sala das Sessões da Câmara. Feito o
chamada responderam 10 vereadores, verificando-
se a ausência dos vereadores N: João Ribeiro Gua-
rari, Gabriel Muller e Agostinho Guimarães. Haven-
do o número legal o sm. Presidente declarou aberta
a sessão. Como o sm. Secretário ainda não hou-